

Plano para dívida enfrenta oposição

Rosental Calmon Alves
Correspondente

Washington — Reuter



Brady propõe que parte da dívida seja perdoada

WASHINGTON — A histórica virada na estratégia americana de tratamento da crise da dívida externa do Terceiro Mundo, anunciada anteontem, pelo secretário do Tesouro, Nicholas Brady, ainda não obteve consenso no governo e o próprio presidente George Bush aguarda o amadurecimento do novo plano, antes de dar sua aprovação final. A principal novidade do Plano Brady é o reconhecimento, implícito, de que parte da dívida deve ser perdoada, por ter chegado a níveis impagáveis. Sobre isto não há sinais de divergências, mas não ficou claro a que montante se poderá chegar em matéria de redução dos débitos, o volume dos recursos a ser usado nesse esquema e os mecanismos legais que terão de ser criados nos países credores.

“O presidente não fez ainda um julgamento final sobre as mudanças na política” em relação à crise da dívida do Terceiro Mundo, disse o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater. O secretário do Tesouro obteve de Bush o apoio prévio para as linhas gerais do seu discurso de sexta-feira. A Casa Branca evita, contudo, se comprometer com um plano que ainda não está totalmente fechado. Apesar da falta de consenso sobre o detalhamento da nova estratégia, havia, nestes dias, uma sólida decisão do governo de que era preciso fazer rapidamente um anúncio de mudança de rumo da política americana em relação a dívida, mesmo que fosse apenas em linhas gerais — como aconteceu.

Os distúrbios de ruas nas cidades venezuelanas, que causaram mais de 300 mortes e ferimentos em cerca de 2 mil pessoas, tinham ajudado a dar razão aos setores do governo americano — como a CIA (Central Intelligence Agency — do inglês, Agência Central de Inteligência) e o Conselho de Segurança Nacional — que advertiam para o início de uma série de explosões sociais na América Latina, tendo como causa as dificuldades econô-

micas criadas pela crise da dívida. No próprio Tesouro já crescia a tendência de mudar a política.

Acima de tudo, cada vez mais funcionários pareciam perceber a necessidade de uma resposta rápida não só aos eventos da Venezuela, mas também à sensação de que nos últimos meses os Estados Unidos vinham perdendo terreno no seu papel de liderança mundial em matéria de política monetária. O governo americano tinha se tornado praticamente a única voz discordante no Grupo dos Sete (países ricos) sobre a necessidade de um novo tratamento à questão da dívida do Terceiro Mundo.

“O problema da dívida necessita da liderança dos Estados Unidos. O discurso (de Brady) foi muito construtivo e o

Japão dá as boas-vindas à liderança dos Estados Unidos” no novo tratamento da crise, disse, aqui em Washington, o representante japonês na diretoria do FMI, Koji Yamazaki. Desde setembro passado, nas últimas três reuniões do Grupo dos Sete (em Berlim, Toronto e Washington), os Estados Unidos vinham sistematicamente vetando propostas do Japão e da França de criar mecanismos novos para aliviar o peso da dívida, principalmente para os países mais pobres.

O já batizado Plano Brady significa, sem dúvida, uma importante e histórica virada política, mas ainda não existe, na prática. Por enquanto, só está claro que os Estados Unidos resolveram enterrar de uma vez o fracassado Plano Baker e, finalmente, reconhecem que é

preciso reduzir o estoque da dívida do Terceiro Mundo. O cenário mais otimista que se vislumbra em Washington é o de se conseguir uma redução de um terço no montante. Seria um alívio substancial, mas não o fim do problema. Mesmo assim, só poderia ser obtido através da aplicação da velha e amarga receita de política econômica imposta pelo FMI. Só que desta vez, em troca viria algo mais concreto do que antes.

O México, que deu início em 1982 à quebradeira dos países latino-americanos excessivamente endividados, já desmonta como a primeira nação no rol das que serão beneficiadas com o novo esquema de redução da dívida. Os Estados Unidos dispensam aos mexicanos um tratamento especial e consideram os sacrifícios de austeridade que o país vem fazendo uma espécie de modelo. Negociadores mexicanos, porém, estiveram nos últimos dias em Washington dizendo que precisam reduzir para menos da metade o volume de suas atuais transferências de capital para os credores — US\$ 12 bilhões por ano. Dificilmente o esquema de redução da dívida proposto por Brady atenderá esse desejo dos mexicanos.

O ex-presidente do Federal Reserve Board (Fed, o banco central americano), Paul Volcker, foi um dos primeiros a chamar a atenção para as limitações práticas do esquema de redução da dívida. Ele recordou que, como os juros já estão a mais de 10%, “cada dólar de redução da dívida dá apenas 10 centavos de redução no pagamento dos juros por parte do país devedor”. Volcker acha que isso é um bom começo, para aliviar o aperto dos países devedores, mas lembra que eles ainda vão precisar de novos empréstimos para retomar o crescimento.

O presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, recebeu o anúncio de Brady com moderação. “A intenção do programa é encorajadora porque lida com questões fundamentais, levantadas pelos países latino-americanos. Mas esses ainda são passos muito tímidos, que não cumprem as aspirações de nossos povos”.